



PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DOS JOGOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NA MATRIZ CURRICULAR DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM PONTA PORÃ, MS

Leandro Lima Amaro (PROFEDUC/UEMS) – profleandroamaro19@gmail.com

Léia Teixeira Lacerda (PROFEDUC/UEMS) – leia@uems.br

GT 4: EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

Resumo:

O presente trabalho apresenta resultados de uma investigação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa Formação de Professores, Culturas e Diversidade. Desse modo, se constitui a partir de um levantamento bibliográfico sobre os jogos tradicionais indígenas, propondo a inserção desse conteúdo na matriz curricular de uma escola localizada na fronteira entre Brasil-Paraguai. De caráter teórico qualitativo, a pesquisa busca analisar a abordagem temática e metodológica, assim como as fontes pesquisadas na área de educação e Educação Física. Além disso, a pesquisa procura identificar como os autores abordam os jogos indígenas como objeto de estudo, compreendendo a relação entre o currículo escolar, o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e a sua interação com a educação escolar indígena, observando que atende um número considerável de estudantes Guarani Kaiowá. Nessa perspectiva, a partir dos resultados esperados com o desenvolvimento do trabalho estamos elaborando a proposta a implementação dos jogos indígenas no currículo da escola pública. Essa proposta contribuirá com a formação desses sujeitos, espaços e temporalidades, visando que há a necessidade da expansão de pesquisas referentes aos recortes temporais, geográficos e, sobretudo étnicos no território brasileiro.

Palavras-chave: Jogos. Cultura. Currículo.

1 Introdução

A Educação Física tem contribuído com o processo de inclusão de diferentes culturas, tendo em vista que os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (1998, p.5), apresentam o seguinte item nos seus objetivos:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

Esse é um dos objetivos da Educação Física, todas as atividades propostas devem/podem buscar atender a este objetivo e com a finalidade de proporcionar o conhecimento a respeito da cultura indígena. Para tanto, realizamos um levantamento da produção acadêmica desenvolvida por diferentes programas de pós-graduação *stricto sensu* sobre os Jogos Tradicionais Indígenas realizados no Brasil. Durante o processo de pesquisa, foi possível observar a não realização destes jogos tradicionais na Escola

Polo Municipal Rural Graça de Deus, unidade escolar que atende a um quantitativo expressivo de estudantes indígenas da TI *Jatavyary*, a partir do diálogo com a direção dessa instituição, professores e coordenadores pedagógicos.

A Escola Polo Municipal Rural Graça de Deus é uma escola não indígena, no entanto atende 158 estudantes indígenas, oriundos da TI *Jatavyary*, na TI há indígenas da etnia Guarani Ñhandeva e Kaiowá, e a população é constituída majoritariamente por Guarani e Kaiowá, com ocupação tradicional Kaiowá.

Nessa perspectiva, o resultado esperado é reunir subsídios teóricos que possibilitem a implementação de uma proposta dos jogos indígenas no currículo da referida escola situada na região de Fronteira Brasil Paraguai, em Ponta Porã, MS, que atende um número considerável de crianças e jovens Kaiowá. Para tanto, analisamos produções acadêmicas que abordem nosso objeto de estudo.

2 A Cultura esportiva indígena desenvolvida na escola

Um dos trabalhos que elegemos para refletirmos sobre a nossa proposta investigativa foi a pesquisa desenvolvida por Clovis Gaudino Bento (2012), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, SP, na linha de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos.

Em sua dissertação “Jogos de Origem ou Descendência Indígena e Africana na Educação Física Escolar: Educação para e nas relações Étnico-Raciais”, o autor descreve de maneira detalhada, como estruturou a pesquisa em uma escola não indígena, localizada no estado de São Paulo, envolvendo, estudantes não indígenas.

Bento (2012), busca compreender como se constitui e se desencadeia a assimilação dos processos durante a realização dos jogos de origem indígena e africana. O autor analisa os dados em uma perspectiva fenomenológica e utilizando a abordagem qualitativa, os dados produzidos foram a partir dos relatos de campo registrados em seu “caderninho” (BENTO, 2012, p. 89).

Bento (2012) afirma que a investigação contribui para a formação para a vida em sociedade a partir dos processos educativos, em especial, durante as aulas de Educação Física. De acordo com as contribuições de Oliveira,

[...] processos educativos se desenrolam em práticas sociais, inclusive nas escolares. Os sujeitos interconectam o aprendido em uma dada prática social com o que estão aprendendo em outra, ou seja, o aprendido em casa, na rua, na

quadra comunitária do bairro, nos bares, no posto de saúde, em todos os espaços por onde cada um transita, serve como ponto de apoio e referência para novas aprendizagens, inclusive aquelas que a escola visa proporcionar. (OLIVEIRA, 2009, p. 09)

Segundo Bento (2012), os processos educativos não estão restritos ao contexto escolar, pois homens e mulheres são seres históricos e sociais que estão em busca de vir a ser mais.

Assim, abordagem da temática indígena é um tema contemporâneo, em especial os jogos indígenas e africanos, abordados na pesquisa de Bento (2012), pois permitem a manutenção e valorização da cultura indígena a partir da matriz curricular alinhados à Lei nº 11.645/2008, que altera o texto da LDBEN:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Deste modo a pesquisa empreendida por Bento (2012), evidencia a sua relevância social e científica ao contribuir para o aprimoramento da Educação Básica. Sua pesquisa aproxima-se do mapeamento de fontes sobre a produção acadêmica que temos empreendido em diferentes programas de pós-graduação sobre os Jogos Indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, corroborando com a possibilidade de implementação dos jogos indígenas no currículo de uma escola em Ponta Porã, MS.

Bento (2012), desenvolve as ações da pesquisa na perspectiva fenomenológica, ao relatar por meio dos registros em seu caderno de anotações que compõem o diário de campo, com a descrição das reações expressas pelos estudantes em suas redações, desenhos sobre a participação nos jogos indígenas propostos. Também organizou as intervenções implementadas nas aulas de Educação Física em 14 ensinamentos, iniciando com a leitura de textos que abordam as culturas africanas e indígenas, no segundo momento exibiu filmes com a mesma temática, posteriormente solicitou os registros dessas atividades, por meio da elaboração de redações e/ou ilustrações, a fim de valorizar o “saber de experiência feita”, o que segundo o autor, significa:

[...] respeitar os saberes do(a) educando(a), pois chegando ao espaço escolar, ele(a) já traz uma compreensão do mundo, isto é, possui saberes em torno da

saúde, da religião, do corpo, da sexualidade, do lazer, do trabalho, da educação e da educação física, entre outros (BENTO, 2012, p. 44)

Desta forma, todos os materiais produzidos pelos estudantes puderam ser melhor compreendidos e contextualizados. O autor também apresentou cantigas de roda tradicionais e também foram realizados os jogos de origem africana e indígena, no entanto vale registrar que as culturas africana e indígenas foram amplamente trabalhadas. A turma em que se realizou a pesquisa foi selecionada devido a compatibilidade de horários entre o professor de Educação Física da turma e o pesquisador (BENTO, 2012, p. 35).

Bento (2012, p.33), articula suas inquietações enquanto professor de Educação Física, buscando “promover o respeito, o conhecimento e o reconhecimento sobre a motricidade de diferentes culturas e principalmente favorecer uma educação para e nas relações étnico-raciais”, ao propor esta intervenção nas aulas de Educação Física, com base nos autores que subsidiaram sua pesquisa.

Em suas conclusões, Bento (2012, p. 49), considera,

[...] com base nos registros em diário de campo, que o constante diálogo entre os(as) educadores(as) e os(as) educandos(as), a partir da prática social dos jogos de origem ou descendência indígena e africana realizados no contexto das aulas de Educação Física, proporcionaram a construção dos processos educativos relacionados à valorização, conhecimento e reconhecimento da cultura Indígena e Africana, estimulando os(as) envolvidos(as) apresentarem os seus saberes, suas descobertas, suas indagações e suas curiosidades. (BENTO, 2012, p. 49)

Na mesma linha de pensamento, Bento finaliza sua pesquisa afirmando que,

[...]o jogo não pode ser considerado como uma mera atividade fragmentada da vida, como por vezes tem ocorrido no ambiente escolar, particularmente nas aulas de Educação Física, pois é em si, uma expressão do ser que joga, ou seja, é sua intencionalidade, que revela a existência e coexistência com os outros no mundo, possibilitando a transcendência, o ser mais. (BENTO, 2012, p.50).

Deste modo, é possível concluir que Bento atingiu os objetivos propostos em sua pesquisa e abre caminhos para que novos estudos com o objetivo de manutenção e valorização da cultura corporal indígena sejam realizados a partir de seu trabalho.

3 Considerações finais

A educação intercultural está inserida na proposta de implementação dos jogos tradicionais indígenas e a Unesco (2006) propõe três princípios com a finalidade de apresentar os fundamentos da educação intercultural, são eles

1. Que a Educação Intercultural respeite a identidade cultural do aluno através da oferta de uma educação de qualidade para todos; 2. Que essa Educação desenvolva em cada aluno o conhecimento cultural, conhecimentos, atitudes e habilidades necessárias para alcançar a participação plena e ativa na vida em sociedade. 3. Que seja uma Educação que forneça a todos os alunos a aquisição de conhecimentos, atitudes linguísticas e competências que lhes permitam contribuir para o respeito, a compreensão e a solidariedade entre as pessoas, grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos e nações (UNESCO, 2006, p. 30).

A Educação Física, por meio dos jogos tradicionais indígenas, inseridos no Projeto Político da Escola, contribui com a promoção da Educação Intercultural. Com o objetivo de alcançar o maior êxito possível nesses princípios, a Unesco (2006) sugere que a construção de currículos e de materiais didáticos, considerem o conhecimento e a experiência dos estudantes, evidenciando um currículo que compreenda suas histórias e a apreciação do seu patrimônio cultural, promovendo o respeito por sua identidade cultural e utilizando os recursos de sua cultura local.

Almeida (2015, p.204) evidencia o seu raciocínio reafirmando que

a interação entre escola e comunidade, numa perspectiva intercultural, deve necessariamente priorizar o envolvimento dos alunos e de suas comunidades nos processos educativos através da redução de todas as formas de exclusão; o aprofundamento da integração que favoreça a educação; a promoção do respeito pela diversidade cultural; o desenvolvimento, a compreensão e o reconhecimento da alteridade absoluta do outro.

Dessa forma, devemos considerar que uma proposta de Educação Intercultural, na sua implementação, deve propiciar interação entre a escola e a comunidade, os métodos de ensino, os materiais de ensino e principalmente o currículo. O currículo escolar tem muita relevância para a aprendizagem e o trabalho pedagógico na sala de aula e também fora dela. Assim, o currículo permite que os professores transformem suas ações, favorecendo a aprendizagem dos estudantes. A elaboração do currículo, conforme Almeida (2015) envolve relações de negociação, consenso, rejeição, controle e poder. A LDB nº 9394/96 e a Lei 11.645/2008 estabelecem que o currículo deve dar ênfase à diversidade cultural e a interculturalidade.

Deste modo, os dados produzidos por essa pesquisa podem contribuir com a reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola, pode implementar práticas esportivas tradicionais ao promover a inclusão das crianças e jovens indígenas matriculados nesta instituição e também oportunizar que as demais pessoas não indígenas conheçam essa importante contribuição dos povos originários para a formação do povo brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Severina Alves De. **Etnossocio linguística e letramentos: contribuições para um currículo bilíngue e intercultural indígena Apinajé**; 358 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BENTO, Clovis Gaudino. **Jogos de origem indígena ou descendência africana na Educação Física Escolar – educação para e nas relações étnico-raciais**. 102 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. São Paulo: SINPRO, 1996.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/> Acesso: 02-jan-2020.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF. 1998.

UNESCO. Relatório Mundial da Educational, Scientific and Cultural Organization. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. 2006. Disponível: www.dhnet.org.br/dados/relatórios. Acesso: 27-jul-2020.